

## CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA-MT NA VISÃO DOS FUNDADORES E NÃO FUNDADORES

*Territorial charecterization of the municipality of Araputanga-MT in the vision of the founders and not founders*

**Vanusa Irene Xavier Santos\***

**\*Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT / Cáceres, Mato Grosso**  
vanusa.xaviers@gmail.com

### RESUMO

Apesar de Mato Grosso contar, em seu território, com três instituições de Ensino Superior públicas e várias faculdades privadas que realizam ensino, pesquisa e extensão, principalmente sobre o Estado, poucas são as publicações que contextualizam a formação territorial dos municípios mato-grossenses e, quando o fazem, é no contexto geral. O presente artigo tem por objetivo caracterizar a formação territorial do município de Araputanga-MT na visão dos fundadores e não fundadores, assinalando o processo evolutivo que permeia a construção dessa comunidade. Metodologicamente, foram realizadas leituras bibliográficas, investigação de documentos escritos particulares e públicos, entrevistas com os fundadores e não fundadores, explorando o conhecimento dos mesmos em relação à formação territorial do município. Foram entrevistadas 15 pessoas consideradas como “fundadores”, por terem chegado ao município antes de sua emancipação política-administrativa, em 1979, e 29 “não fundadores”, que se mudaram para a localidade a partir de 1980. Buscou-se junto aos entrevistados relatos sobre como chegaram ao Município, como era a vivência na comunidade, a saúde, a educação, a economia que predominava no período, assim como ocorreu o processo de formação política dessa cidade, a origem dos primeiros habitantes, os principais festejos, moradias que mais se destacavam na época e como era a vegetação no período de sua chegada. Como resultados, foi possível analisar as mudanças socioespaciais ocorridas no Município durante o período em estudo.

**Palavras-chave:** Formação territorial. Transformações socioespaciais. Memória oral.

### ABSTRACT

Although there are in Mato Grosso three public higher education institutions, as well as, several other private colleges carrying out teaching, research and extension, mainly about the state, there are few publications contextualizing the territorial formation of Mato Grosso's counties and, when they do, it is in a general context. This present study aims at characterizing the territorial formation of Araputanga county - MT in pioneers and not pioneers' point of view, noting the evolutionary process which permeates the construction of this community. Methodologically, bibliographical readings, investigation of private and public written documents, interviews with pioneers and not pioneers, were made, exploring their knowledge of the county's territorial formation. Fifteen people who were considered "founders", as they arrived at the location before its political-administrative emancipation in 1979, and 29 "non-founders", who moved to the locality from 1980 onwards, were interviewed. The interviewees were asked about how they came to the municipality, how they lived in the community, health, education, the economy that prevailed during the period, as well as the process of political formation in that city, the origin of the first inhabitants, the main celebrations, dwellings that stood out more at the time and how was the vegetation in the period of his arrival. As a result, it was made possible to analyze the socio-spatial changes that occurred in the municipality during the studied period.

**Keywords:** Territorial formation. Socio-spatial transformations. Oral memory.

## 1. INTRODUÇÃO

O viés investigativo do presente artigo tem por objetivo caracterizar a formação territorial do município de Araputanga, localizado a sudoeste do estado de Mato Grosso, na visão de alguns de seus aqui denominados de fundadores e não fundadores, assinalando o processo evolutivo que permeia a construção dessa comunidade. O processo de povoamento de Araputanga, começou nos anos de 1950, sob os efeitos da política de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, conhecida como Marcha para o Oeste, que incentivava a interiorização do País, sendo que as terras devolutas eram ofertadas com valores irrisórios, alimentando o imaginário das pessoas, que caminhavam em marcha para o interior do Brasil (ALVES, 1997).

Entre os vários problemas sociais e econômicos do município de Araputanga, detecta-se a ausência de registros da sua historicidade, que culminou com o objetivo geral dessa pesquisa, na qual buscou-se informações sobre a formação territorial e suas mudanças socioespaciais, desde o seu povoamento, no início dos anos de 1960, aos dias atuais, ressaltando-se que o processo de fundação de um município não se deve apenas a um sujeito, mas ao conjunto de atores que contribuem para a sua formação.

Partindo desse direcionamento, justifica-se a necessidade desta pesquisa, visando construir um banco de dados do lugar, utilizando a memória dos fundadores e não fundadores, ressaltando a contribuição dos cidadãos que cooperaram de forma direta e indireta para a estruturação do município de Araputanga, com o intuito de construir uma fonte de pesquisa para aqueles que almejam conhecer a formação territorial desse município. O trabalho proposto visa contribuir com a comunidade escolar, facilitando a compreensão dos acontecimentos socioespaciais que permearam o processo desse povoamento, compreendendo sua gênese, formação e desenvolvimento.

Assim, o presente artigo está estruturado em três capítulos, sendo que no primeiro relatou-se os procedimentos metodológicos utilizados para a concretização desta pesquisa. No segundo buscou-se uma compreensão das categorias geográficas, enfatizando “paisagem e lugar” como norteadoras desse artigo e, no terceiro capítulo, se deteve em caracterizar a formação do município de Araputanga na visão dos fundadores e não fundadores por meio de entrevistas concedidas à pesquisadora.

Há ainda as considerações Finais, onde se busca apresentar, à guisa de conclusão, uma síntese do que fora apresentado, abordando os aspectos ambientais, econômicos, políticos e sociais que contribuíram para a formação socioespacial deste município.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção do referido artigo foram realizadas leituras bibliográficas, buscando documentos escritos, revistas com históricos publicados sobre a cidade, e consultas aos acervo da Igreja Católica, como um dos primeiros históricos produzidos no município; do Centro de História, Educação e Cultura (CHEC), ligado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, privilegiando fotos; e de particulares, onde se encontrou registros fotográficos e anotações de entrevistas concedidas por pessoas que vivenciaram a formação socioterritorial do município de Araputanga, aqui denominados de fundadores e não fundadores.

No primeiro momento foi realizado um estudo científico sobre a memória de 15 fundadores. Essas pessoas foram escolhidas devido suas participações na construção do Município. Também foram entrevistadas 29 pessoas não fundadoras araputanguenses que deram sua visão sobre a formação territorial de Araputanga. Foram consideradas fundadoras pessoas que chegaram no Município até o ano de 1979, tendo em vista que Araputanga foi emancipada nesse ano, e não fundadores as que se mudaram para a unidade política-administrativa desse ano até a atualidade, sendo que dez chegaram na década de 1980, oito na década de 1990, sete na década de 2000 e quatro na década de 2010. No total foram entrevistadas 44 pessoas, entre fundadores e não fundadores.

As entrevistas com os mesmos aconteceram entre os meses de julho a agosto de 2016. Os entrevistados se dispuseram a relatar de que maneira chegaram no Município, como era a vivência na comunidade, a saúde, a educação, a economia que predominava no período, como ocorreu o processo de formação política dessa cidade, a origem dos primeiros habitantes, os principais festejos, moradias que mais se destacavam na época e como era a vegetação no período de sua chegada. Algumas entrevistas foram realizadas na própria residência dos entrevistados que descreveram oralmente sua chegada ao município, sendo que outros preferiram descrever por escrito e entregar no dia posterior.

A memória dos entrevistados foi uma das fontes de identificação das principais mudanças socioespaciais ocorridas no município de Araputanga em confronto com a história científica, como ressalta Pollak (1992) “[...] a memória deve ser entendida [...] como um fenômeno coletivo, social, ou seja, construindo coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (p. 201).

A memória pode ser definida como a construção feita no presente, partindo de vivências e experiências do passado. Essas lembranças podem ser individuais ou coletivas e nascem do convívio social, seja na escola, igreja e outros grupos (KESSEL, 2003). Mediante o processo investigativo sustentou trabalhar a memória dos fundadores e não fundadores sobre o entendimento da formação territorial e as interferências dos mesmos nas mudanças geográficas do município.

As narrativas orais constituem-se a principal fonte da pesquisa, as quais permitem, em situação de entrevista, a aquisição da coleta de dados, as formas de apresentação, até a edição do texto. O ápice da História Oral reside na riqueza oferecida pelos sentimentos, significados e emoções explanadas pelo narrador ao pesquisador. Durante todo o processo de coleta, ou seja, em todas as fases da investigação, a reflexão e análise se fez presente. A atitude de reflexão é inerente ao processo da pesquisa, suscitando que as dúvidas, desconstrói certezas, proporciona novos entendimentos, enriquece e configura a História Oral (LE GOFF, 1994).

Há de se ressaltar que as memórias relatadas pelos entrevistados não significam necessariamente a realidade concreta dos fatos, uma vez que o estudo da memória coloca o orador como protagonista daquilo que narra, havendo, portanto, versões e visões diferentes conforme o ator entrevistado. As entrevistas foram realizadas com fundadores e não fundadores que assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) e autorizaram sua divulgação. Optou-se por apresentar os dados das entrevistas conforme o roteiro destas, priorizando a sequência das mesmas e não por assunto, seguindo uma cronologia dos fatos.

### **3. PAISAGEM E LUGAR ENQUANTO CATEGORIAS GEOGRÁFICAS: UMA BREVE ANÁLISE**

Maia e Alves (2009) caracterizam a Geografia como a disciplina que tem como base de estudo a relação do homem com seu meio. Existe dentro da Geografia categorias que se relacionam com o seu objeto e o pensamento humano, determinando as categorias geográficas e essas se relacionarão com a teoria do conhecimento.

O espaço geográfico é considerado, por Silva (2012), como o mais importante objeto de estudo da Geografia, sendo a base das demais categorias geográficas: Território, Região, Paisagem e Lugar.

Braga (2007), dentro dessa perspectiva, define espaço geográfico como um processo sucessivo de ligação do homem com a natureza, sendo esse econômico (trabalho), político (disputa) e cultural (saberes). O próprio autor resume que esse conceito é a representação do socioespacial.

Abordagens dessas categorias permitem uma compreensão da sociedade e esses conceitos estiveram presentes desde o surgimento da Geografia como ciência, sendo base para o conhecimento geográfico e devem ser associados às vivências humanas (LISBOA, 2007).

O termo paisagem começa a ser estudado por pensadores como Aristóteles, quando o homem passa a perceber que no mundo existem formas e sem elas o mundo não existe, definindo assim que no espaço existem elementos feitos pela natureza e outros construídos (ROCHA, 2007).

O conceito de paisagem, dentro da Geografia, está relacionado com a paisagem natural, ou seja, conjuntos de elementos naturais que sofrem interferências humanas e posteriormente passam a ser denominados de paisagem humanizada/cultural. Para alguns geógrafos, a paisagem é resultado da interação materializada do homem com a natureza e outros definem como tudo que sua visão alcança, ou seja, o visível e o invisível (COSTA; ROCHA, 2010).

Já em relação à categoria “lugar”, para Carlos (1996), na Geografia e nas Ciências Humanas, a definição desta acaba surgindo como uma necessidade, devido ao processo de globalização, levando o mundo para uma homogeneização. A história do lugar depende da sua construção, em que a cultura, língua, hábitos, tradição e o que vem de fora, constroem o lugar, sendo o espaço vivido, onde é produzido a existência social do homem.

De acordo com Tuan (1983), espaço e lugar são categorias pessoais que indicam os conhecimentos cotidianos, sendo o lugar a confiança e o espaço a independência, estando presente em vários locais: residência, bairro, cidade, Estado e até mesmo o país; porém, o lugar também pode ser indicado como objeto, algo muito valioso, com muitos significados adquiridos ao longo dos tempos. O mesmo autor reforça que: “o lugar pode ser definido de diferentes maneiras. Dentre elas, está: lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção” (TUAN, 1983, p. 179).

Segundo Tuan (1983, p. 151), “[...] O espaço transforma em lugar à medida que adquire definição e significado. [...]”. Para o autor o lugar é uma interrupção na locomoção, essa pausa faz com que o homem identifique o valor daquele espaço, conseqüentemente cria-se nesse momento uma afinidade, surgindo assim “o lugar”.

Apontar o conceito de lugar é necessário por causa da evolução dos processos que envolvem os lugares, pois o mundo está dentro desses espaços e Hissa e Gorgosinho (2006) trabalham com esse conceito fazendo um recorte do mundo globalizado, ou seja, mesmo que vivamos em um espaço de grandes interações, existe nele o lugar individualizado. Tuan (1983, p. 198) ainda reforça que: “o lugar é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar”.

Para Hissa e Gorgosinho (2006), o homem vive se movimentando, mas a maioria se fixa em um lugar, onde a existência do homem dá sentido à vida. A afinidade entre as pessoas na sociedade é, do mesmo modo, a afinidade que elas demonstram com os lugares.

#### 4. GÊNESE TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDOS

A importância de conhecer a origem de um município apresenta desafios concretos, mas a oralidade continua sendo sua predominância. Diante dessa lacuna, ou seja, falta de registros sobre a formação do município de Araputanga, fez-se necessário recorrer à memória para compreender o seu processo de construção. Mediante o exposto foi fundamental um estudo sobre os municípios de Cáceres e Mirassol D’Oeste, uma vez que o processo de formação da municipalidade de Araputanga perpassa pela história dessas duas cidades.

Siqueira *et al.* (1990), revela que os bandeirantes paulistas iniciaram o processo de interiorização do Brasil em busca de mão de obra escrava, penetrando em Mato Grosso à procura dos índios Coxiponé. A Bandeira de Antônio Pires de Campos, em 1718, atingiu o rio Coxipó e, em 1719, a Bandeira de Pascoal Moreira Cabral também chega no território, a qual acidentalmente, encontra ouro nas barrancas daquele rio (SIQUEIRA *et al.* 1990).

As bandeiras tinham caráter comercial, adentrando o interior do Brasil, procurando ouro e índios, rompendo, assim, o Tratado de Tordesilhas, que previa a separação da recente colônia entre

Portugal e Espanha. É com essa interiorização que Mato Grosso começa a ser povoado (SIQUEIRA *et al.* 1990).

De acordo com Siqueira *et al.* (1990), o período de 1772 a 1789 foi muito importante para o povoamento da Capitania de Mato Grosso, devido ao aumento da extensão oeste do Estado que inicia no vale do rio Guaporé até as margens do rio Paraguai. Para garantir essa ampliação foram criados fortes e ao mesmo tempo povoamento da área. Já no ano de 1824 as capitanias brasileiras passam a ser denominadas de Províncias. Ferreira (2014), relata que após a Proclamação da República do Brasil, em 1822, Mato Grosso tem seu primeiro governador José Saturnino da Costa Pereira que assume em 1825.

Em setembro de 1834 toma posse como governo da província de Mato grosso Antônio Pedro de Alencastro que, além de instalar a Assembleia Legislativa Provincial e criar o embrião do que viria a ser a Polícia Militar do Estado, oficializa a mudança definitiva da Capital Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá, por meio da Lei nº 19, de 28 de agosto de 1835 (FERREIRA, 2014, p. 74).

Com a transferência da capital do Mato grosso de Vila Bela da Santíssima Trindade, no dia 28 de agosto de 1835, para Cuiabá, essa cidade passa a ser a mais importante do Estado, instalando-se nela os principais centros comerciais e ao mesmo tempo há um melhoramento em sua infraestrutura (FERREIRA, 2014). Entre os anos de 1864 a 1870, a população mato-grossense participou ativamente da guerra contra o Paraguai. Nessa disputa muitas pessoas perderam a vida, tanto no confronto ou pela varíola. Em 1889 Antônio Maria Coelho assume o controle do Mato Grosso, contribuindo para que em 1891 se promulgasse a Primeira Constituição do Estado (SIQUEIRA *et al.* 1990).

É a partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, em que o mesmo visava promover a integração da economia brasileira, que Mato Grosso passa a ter um desenvolvimento mais significativo no contexto nacional, dando início a sua configuração econômica de fronteira agrícola (FERREIRA, 2014).

A proposta da “Marcha para o Oeste” era de instalar ‘pontos avançados de colonização’ dirigidos pelo Estado. Vargas formulou diretrizes, administrativamente centralizadas, inspiradas na ótica nacionalista, com o objetivo de ocupar os “espaços vazios” do Oeste e da Amazônia para criar no ‘novo espaço’ a ‘nova ordem social’. Na sua visão, as fronteiras econômicas deveriam coincidir com as fronteiras políticas (LENHARO, 1986, p. 26).

“A Marcha para o Oeste, empreendida por Getúlio Vargas, foi suficiente para estimular migrantes a se estabelecerem em Mato Grosso” (SIQUEIRA, *et al.* 1990, p. 255). Esse projeto visava fixar o trabalhador no Mato Grosso em pequenas propriedades, através de colônias agrícolas (SIQUEIRA, *et al.* 1990). Já Soares (2014) relata que a “Marcha para o Oeste” foi uma política territorial, cujo objetivo principal era preencher os “espaços vazios” e integrar a economia nacional.

A região Centro-Oeste passou a cumprir uma função, no contexto do planejamento do Estado, e configurou-se como um espaço a se ocupar. Passou a ser conceituada como o espaço de fronteira do capital, exercendo uma especificidade dentro da divisão territorial do trabalho, enquanto fornecedora de produtos agropastoris (grãos e carnes) para abastecimento da indústria de produtos alimentícios e produção para exportação (SOARES, 2014, p. 62).

As vendas das terras mato-grossenses aumentaram e valorizaram e uma única terra acabou sendo vendida várias vezes a pessoas diferentes. Isto aconteceu porque muitos capitalistas moravam nos grandes centros do País, compravam, não cercavam e nem produziam em suas propriedades.

Compravam para fins especulativos. Ao chegar a suas terras, os capitalistas a encontraram ocupadas por posseiros e grileiros, que por não terem condições financeiras de comprá-las, ocupavam ilegalmente (SIQUEIRA *et al.* 1990).

O confronto entre proprietários e posseiros foi bastante violento, pois os primeiros queriam riquezas e capital em suas terras e os posseiros não desejavam abandoná-las. Pós-lutas sangrentas, levadas de posseiros eram os que, na frente, iam desbravando e criando condições para que os pioneiros chegassem. Os posseiros representavam a Fronteira do Capital (SIQUEIRA, 1990, p. 257).

O Estado do Mato Grosso é um grande produtor agrícola, isso se deve à presença dos pioneiros nessa construção. “Conseqüentemente, os pioneiros apresentados são sempre pessoas voltadas para o trabalho com a terra” (HEINST, 2003, p. 6). Os paulistas que se deslocavam para Mato Grosso se elegeram como herdeiros dos bandeirantes, sendo considerados pessoas que traziam desenvolvimento e progresso para o Estado (HEINST, 2003).

Procura-se fazer que o local teve [sic] bom desenvolvimento porque seus pioneiros são pessoas procedentes de locais “desenvolvidos” economicamente e de tradição agrícola. Esse discurso dissemina-se em todo território estadual, especialmente nos municípios de ocupação recente como o de Mirassol D’Oeste, que teve sua ocupação em princípios da década de 1960 (HEINST, 2003, p. 6).

Com a política “Marcha para o Oeste”, Mato Grosso passou a receber migrantes de várias localidades do País, aumentando sua população, com isso, houve desmembramento em vários municípios do Estado. Só em dezembro de 1953, 12 municípios foram emancipados (FERREIRA, 2014).

Ferreira (2014), ressalta que entre as décadas de 1950 e 1982, com a construção de Brasília, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a implantação dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), a divisão do Estado do Mato Grosso, melhoramento da infraestrutura e incentivos fiscais, fizeram aumentar o número de municípios, saltando de 27 em 1953, para 58, em 1982. No ano de 1979, logo após a divisão do Estado, foram criados 15 municípios, mas, 80% das emancipações ocorreram devido aos projetos de colonização: Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Jauru, entre outros, são exemplos dessa criação.

#### **4.1. Formação territorial do município de Cáceres**

Conforme Ferreira (1997), pelo Tratado de Tordesilhas, as terras onde situa o Mato Grosso pertenciam à Espanha. Entre os séculos XVI e XVIII esse espaço despertou pouco interesse aos espanhóis, pois os mesmos tinham maior lucratividade se fixando em locais com grande quantidade de minérios, como por exemplo a porção oeste da América do Sul. Esse desinteresse se deu também pela enorme quantidade de índios na região, onde formavam uma grande barreira para os colonizadores. Contudo Ferreira (2014) ressalta que o povoamento das terras mato-grossense só ocorreu por volta do século XVII quando bandeirantes paulistas ultrapassaram os limites desse Tratado nos anos de 1673 e 1682.

O interesse dos bandeirantes paulistas nessa região era apenas capturar os índios e comerciá-los na região de São Paulo. Já em 1719, a expedição de Pascoal Moreira Cabral encontrou pepitas de ouro em Cuiabá, denominando-a de Minas de Cuiabá e nesse período esse povoado pertencia à Capitania de São de Paulo, iniciando assim, o ciclo do ouro na Província. Esse tipo de exploração já era praticado na região de Minas Gerais e despertou muito interesse dos bandeirantes devido sua lucratividade (FERREIRA, 1997). Segundo o mesmo autor, em 1737, paulistas que se aventuravam à procura dessa riqueza fundaram o arraial de Pouso Alegre, atual Vila Bela da Santíssima Trindade.

Um ano depois, garimpeiros cuiabanos descobriram ouro em dois afluentes do rio Guaporé: Alegre e Corumbiara, aumentando a fixação de moradores nessa região.

Rolim de Moura, em 1752, funda a primeira capital da Província: Vila Bela da Santíssima Trindade, que em 1818 tem seu nome alterado para Mato Grosso e, no ano de 1978, volta a se chamar Vila Bela da Santíssima Trindade (FERREIRA, 2014).

Silva (1992) confirma que com a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade, a região começa a se desenvolver. Rolim de Moura, a mando da Coroa Portuguesa, em 1754, manda erguer o marco da fronteira da barra do rio Jauru, definindo os limites do País. O mesmo autor reforça que em 1772, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres funda na região um entreposto comercial, chamando-o de Registro que tinha como objetivo a fiscalização da cobrança de imposto, evitando assim o contrabando do ouro na região do Guaporé. No dia 6 de outubro de 1778 é criada Vila Maria do Paraguai em homenagem à rainha, D. Maria Primeira – A Louca.

Consta que a fundação do povoado à margem esquerda do rio Paraguai, ocorreu por alguns motivos relevantes tais como: a defesa e o incremento das fronteiras de domínio de Portugal a Oeste; a abertura de uma via de navegação com a cidade de São Paulo; a facilidade das comunicações e de relações comerciais entre as cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, atual capital do Estado (SANTOS, 2013 *apud* SOARES, 2014, p. 54).

O povoado só foi elevado à categoria de vila em 1859 e de cidade em 1874, recebendo o nome de São Luiz de Cáceres. Já em 1938 passa a se chamar Cáceres. A Vila experimentou ciclos de crescimento econômico, de decadência e estagnação (FERREIRA, 2014).

No primeiro ciclo destacaram as atividades agropastoris, quando grandes propriedades produziam cana-de-açúcar para originar aguardente e açúcar; em outras propriedades praticavam a pecuária bovina, para criar o charque, destacando os as fazendas Facão, Barranco Vermelho, Ressaca, Descalvado e Jacobina (FERREIRA, 2014).

Ferreira (2014), relata que no segundo ciclo sobressaiu o extrativismo da poaia [*Psychotria ipecacuanha* (Brot.) Stokes- *Rubiaceae*], planta medicinal que destaca principalmente em solos de alta fertilidade, merecendo destaque os municípios de Barra do Bugres e Cáceres. Esse ciclo econômico e a abertura na navegação no rio Paraguai trouxe um certo progresso para o vilarejo:

A abertura da navegação pelo rio Paraguai, a produção nas grandes fazendas e a extração da poaia criaram uma economia exportadora e novas relações comerciais e políticas com o capital estrangeiro e também fez com que São Luiz de Cáceres, cuja população residente se concentrava em maior número nas grandes fazendas, experimentasse um relativo progresso com a abertura de casas comerciais, da Câmara Municipal e com a vinda para a cidade de fazendeiros e importantes comerciantes (FERREIRA, 2014, p. 144).

Segundo Ferreira (2014), o terceiro ciclo inicia com a escassez da poaia, porque os poaieiros retiravam a planta e não replantavam outra no lugar, diferente dos índios, que ao retirar, já faziam o reflorestamento, evitando o esgotamento. O desmatamento da região para a formação da pastagem e para cultivar o arroz e o feijão acelerou seu esgotamento. A crise também chegou às fazendas, porque os belgas, que tinham muito capital na região, começaram a retirar seus investimentos, levando a uma decadência na produção do charque. Além disso, a libertação dos escravos, em 1888, contribuiu para a redução da produção nas grandes fazendas de São Luiz de Cáceres, entrando numa fase de estagnação econômica.

Para aumentar a população no vilarejo de Vila Maria do Paraguai, Luiz Albuquerque incentiva a vinda de pessoas. Assim os índios chiquitanos da Bolívia começaram a migrar em grande

número para a Vila. O governo da província da Bolívia reclamou, uma vez que poderia reduzir sua população, devido ao grande fluxo de migrantes (FERREIRA, 1997).

No processo evolutivo de Vila Maria do Paraguai aconteceram outras migrações e alguns conflitos, entre eles podemos citar a guerra com o Paraguai, onde o vilarejo acabou sediando o 6º Batalhão da Guarda Nacional, sendo comandado por Luiz Benedito Pereira Leite, em janeiro de 1866, ficando essa região preservada de ataques paraguaios (FERREIRA, 1997).

Ferreira (2014) reforça que Vila Maria, durante a Guerra do Paraguai, teve que interromper a navegação, via hidrovía Paraguai-Paraná, não sendo atingida pela varíola, principal consequência da guerra, porque a passagem de pedestres contaminados ficou proibida, esses não conseguiam atravessar o percurso, pois a viagem era interrompida na fazenda Jacobina.

Com o término da Guerra a navegação pelo rio Paraguai foi retomada, possibilitando a circulação de pessoas e mercadorias, o que facilitou a instalação e o desenvolvimento em São Luiz de Cáceres da charqueada, instalada na fazenda Descalvado (FERREIRA, 2014).

Um dos fatores que dificultavam o povoamento no sudoeste do Mato Grosso era a falta dos meios de transportes, não existindo estradas e muito menos pontes, em especial à do rio Paraguai.

Cáceres é o quarto município do Mato Grosso em extensão territorial, sendo superada por Colniza, Juína e Aripuanã. Sua extensão era de 51.424,44 km<sup>2</sup>, em 1943, já na atualidade apresenta 24.463,07 km<sup>2</sup>. A redução da sua área se deve aos desmembramentos ocorridos no decorrer de oito décadas (FERREIRA, 2014). A Tabela 1 enfatiza os municípios que se originaram de Cáceres, considerada a cidade Mãe de alguns municípios.

**Tabela 1 – Municípios que se originaram de Cáceres**

Mãe	1ª Geração	2ª Geração	3ª Geração
Cáceres	Barra do Bugres	Arenápolis	Nova Marilândia
		Tangará da Serra	Santo Afonso
		Denise	
		Nova Olímpia	
		Porto Estrela	
	Mirassol D'Oeste	Araputanga	Indiavaí
		São José dos Quatro Marcos	
		Gloria D'Oeste	
	Rio Branco	Reserva do Cabaçal	
		Lambari D'Oeste	
	Salto do Céu		
	Jauru	Figueirópolis	
		Porto Esperidião	
	Curvelândia		

Fonte: FERREIRA, 2014. p. 146.

Segundo Soares (2014), Cáceres na atualidade possui grandes influências em outros municípios porque disponibiliza de serviços não encontrados em cidades menores, como universidades, comércios em geral e principalmente na área da saúde com equipamentos para muitos exames médicos, além do Hospital Regional que atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

#### 4.2. Formação do município de Mirassol D'Oeste

A formação de Mirassol D'Oeste inicia em 1960, quando o governo do Estado de Mato Grosso começa a construção da ponte Marechal Cândido Rondon sobre o rio Paraguai, em Cáceres, sendo inaugurada em 1961, ao mesmo tempo acontece a abertura e pavimentação da BR 174, que liga

Mato Grosso à Rondônia, juntamente com os projetos de colonização da região realizados pelo Departamento de Terras e Colonização - DTC (FERREIRA, 2014).

Para Ferreira (1997, p. 440), o início da colonização de Mirassol D'Oeste ocorreu “por força dos projetos de colonização, implementados pelos governos estadual e federal”. Esse período foi de incentivos fiscais à colonização centro-oestina.

Em 1958, Antônio Lopes Molon, nascido em Taquaritinga-SP, devido aos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo, interessou-se pelo estado do Mato Grosso, que possuía muitas terras devolutas situadas no município de Mirassol D'Oeste. Outros fundadores como Francisco Lopes Filho, José Lopes Garcia, Nircia Lopes D'Aurea, Walbert Lovisi Silva e Paulo Mendonça se uniram a ele e criaram uma área de colonização e requereram as terras devolutas (MIRASSOL D'OESTE, 2014).

A partir daí, buscaram o interesse de investidores paulistas das cidades de Mirassol, Tanabi, Jales, Votuporanga, Fernandópolis, Santa Fé do Sul e outras cidades da rica região do Estado de São Paulo, em adquirindo terras em Mato Grosso (MIRASSOL D'OESTE, 2014, p. 1).

Quando falamos em pioneirismo vem logo no imaginário coletivo a ideia de homens fortes, corajosos e desbravadores que conquistaram determinados espaços territoriais. Chauí (2001, p. 8) afirma que: “O mito fundador é, dessa forma, compreendido como aquele que explica a origem ou a fundação de determinado povo e este é eternizado pela sua constante ressignificação a cada momento da história...”. Diante do exposto é possível entender a luta pela dominação do imaginário coletivo, buscando o silenciamento de alguns discursos e a homogeneização em torno de um, nascendo assim o mito (CHAUÍ, 2001).

O povoamento de Mirassol D'Oeste teve início quando Antônio Lopes Molon montou um escritório de vendas de terras no início de 1960, onde no futuro seria a cidade. Molon foi tão querido pelo povo da região que o nome da cidade é para homenageá-lo, porque seus familiares moravam na cidade de Mirassol, em São Paulo e “Oeste” teve que ser acrescentado, para evitar a confusão entre as duas cidades (FERREIRA, 1997). Ele procurou uma região agradável que pudesse abrigar as famílias pioneiras que se deslocassem para cá (MIRASSOL D'OESTE, 2014). “Para fins de registro histórico, podemos considerar como fundadores Antônio Lopes Molon, o idealizador, e Benedito Cesário da Cruz, o desbravador” (MIRASSOL D'OESTE, 2014, p.1).

No processo de ocupação da região sudoeste de Mato Grosso a escrita histórica vem se processando com a seleção de fatos históricos, principalmente relacionados ao processo de colonização ou pioneirismo das cidades que nasceram em sua maioria a partir das décadas de 1950 e 1960. Nesse contexto Carvalho (1990) ressalta que os mitos podem se tornar componentes bem poderosos de imposições ao coletivo e ao social. Molon investiu bastante capital no município de Mirassol D'Oeste, requerendo no Departamento de Terras do Estado todas as terras que fossem consideradas devolutas. Depois de documentá-las, fez loteamentos menores (FERREIRA, 1997).

A Comissão de Planejamento da Produção (CPP), órgão do Governo Federal, que foi criado para organizar a colonização do Estado, sendo um dos responsáveis pelo povoamento, demarcou os lotes rurais, construiu um barracão para dar suporte aos trabalhadores que desbravassem a mata e distribuiu gratuitamente alimentos conseguidos por meio do Programa Alimentos para a Paz, dos Estados Unidos da América, já que os colonos não tinham capital inicial (FERREIRA, 2014).

Molon veio a falecer antes de atingir seus objetivos. Os companheiros fundadores continuaram o desbravamento, fixando residências e construindo praças (FERREIRA, 1997). No dia 28 de outubro de 1964, foi lançada a pedra fundamental da primeira igreja de Mirassol D'Oeste, passando pouco tempo depois à categoria de Distrito de Cáceres. (SILVA, 1994). Em 1969, esse município consegue eleger seu primeiro vereador para Câmara Municipal de Cáceres (FERREIRA, 2014).

O sonho da emancipação estava cada vez mais próximo. Foi feito um plebiscito no dia 2 de maio de 1976 e, já tendo um número de eleitores de 5.720 exigido pelo Tribunal Superior Eleitoral, foi aprovada a emancipação no dia 14 de maio de 1976. A instalação oficial do município só veio acontecer no dia 1 de fevereiro de 1977 (FERREIRA, 1997).

### 4.3. Araputanga: antecedentes e aspectos gerais

Segundo Alves (1997), o processo de colonização do município de Araputanga teve início na década de 1960 com o projeto de integração nacional do Governo Federal, que tinha como objetivos principais estimular o processo de povoamento das regiões Norte e Centro-Oeste e consequentemente reduzir o fluxo populacional existente na região litorânea do Brasil. Para atingir seus objetivos houve investimentos em infraestrutura na Amazônia como instalação de ferrovias, rodovias, assentamentos etc.

A colonização do atual município de Araputanga é fruto deste incentivo nacional e estadual, onde percebemos os traços do capitalismo imbuído na formação e desenvolvimento desta pequena cidade [...] (ALVES, 1997, p. 8).

É dentro desse contexto histórico no qual vivia o Brasil que inicia o povoamento de Gleba Paixão, que mais tarde passaria a se chamar Araputanga. O objetivo principal dos governantes brasileiros era povoar as áreas que estivessem ainda despovoadas e promover uma integração com as outras regiões brasileiras, sendo que, para o caso de Araputanga, os fundadores foram atraídos pela quantidade de madeira, principalmente o mogno, que acabou sendo substituído por lavouras de subsistência, iniciando o processo de povoamento em 1959 (ALVES, 1997).

Conforme Silva (1994), em 1953, o engenheiro agrônomo Nelson da Costa Marques, a pedido do seu tio Fernando Corrêa da Costa, que era governador do Estado de Mato Grosso, mediu as terras devolutas da região que situavam entre os rios Jauru e Cabaçal. Quando o mesmo alcançou o vale do rio das Pitas encontrou uma paisagem cheia de mata exuberante em suas margens. Como forma de pagamento pelos serviços prestados requereu terras dessa região, onde posteriormente vendeu parte delas para os primeiros compradores de terras no município de Araputanga Alcides Vidal Salomé, Gabriel Villas Boas, Bertolino Micheles, Iro Matias e Fumio Itai. As vendas ocorreram após o ano de 1958 por valores bem irrisório. Nelson da Costa Marques tinha interesses em povoar a região, porque continuava com a maior parte das terras e queria que o local desenvolvesse economicamente e valorizasse sua propriedade. Segundo o autor nesse mesmo período chegava no recém povoado japoneses e coreanos com o objetivo de fixarem moradias no futuro município. Esses imigrantes foram atraídos para Mato Grosso por causa das terras baratas. Antes da chegada dos imigrantes essa região recebia o nome de Ribeirão das Pitas, devido sua proximidade do rio das Pitas e com a chegada desses imigrantes resolveram chamá-la de Ituinópolis.

Segundo Alves e Sousa (2008), Nelson da Costa Marques, tinha uma propriedade em Araputanga chamada Fazenda Santana, ele nunca morou nessa cidade, mas era frequentador ativo desse lugar, onde pôde acompanhar as mudanças ocorridas em suas paisagens, desde o nome do povoado Ituinópolis para Gleba Paixão e posteriormente para Araputanga. Conheceu seu Oriston Cândido, corretor dessa região, sendo ele o responsável em atrair mais moradores para o povoado com propagandas das belezas e qualidade das terras. Para concretização desse projeto Nelson doou 40 alqueires de terras para dar início à fundação da cidade. Fez essa doação acreditando no potencial dessa terra, porque era uma região muito rica e tinha condições de devolver seu investimento em progresso, sendo também de interesse dele, porque tinha sua propriedade nessa cidade e almejava seu desenvolvimento econômico.

O povoamento de Araputanga foi algo demorado devido às dificuldades encontradas nesse município, principalmente nas vias de acesso. Era comum proprietários comprarem terras e não

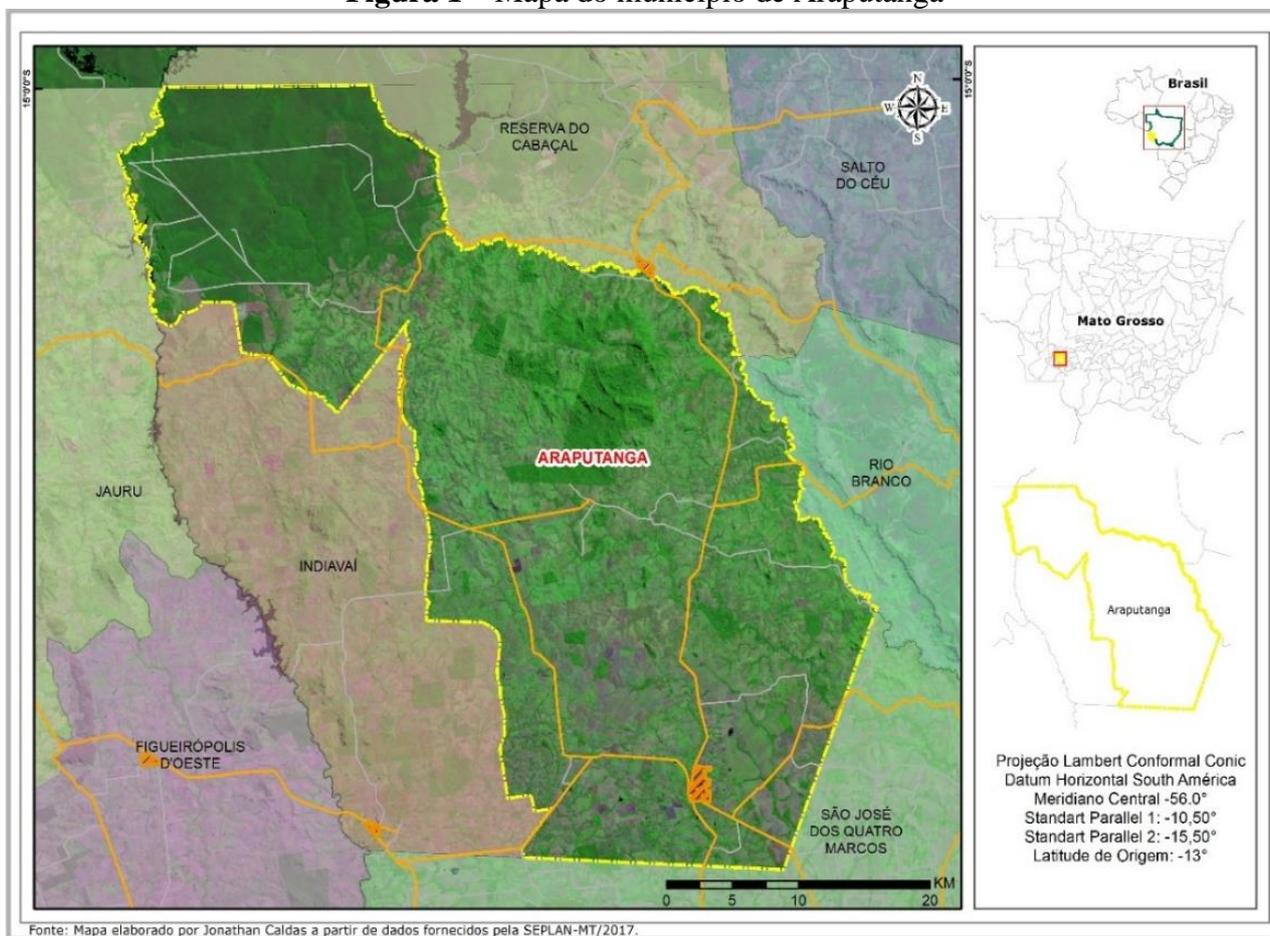
morar, de uma certa forma todos esperavam que o desenvolvimento chegasse para fixarem suas moradias. Esse processo de formação do município é relatado, a seguir, por seus fundadores e não fundadores.

#### 4.4. Formação do município de Araputanga na visão dos fundadores e não fundadores

Araputanga, no estado de Mato Grosso, limita-se com Rio Branco, Indavaí, Reserva do Cabaçal, Barra do Bugres, São José dos Quatro Marcos e Jauru (Figura 1), somando uma extensão territorial de 1.602,32 km<sup>2</sup>, pertencendo à mesorregião Sudoeste Mato-grossense e microrregião de Jauru (MIRANDA e AMORIM, 2000). Esse município surgiu com a Lei Estadual nº 4.153, de 14 de dezembro de 1979, sendo que o mesmo foi desmembrado de Mirassol D'Oeste (FERREIRA, 1997).

Segundo Ferreira (1997), pertencem à Araputanga os distritos de: Farinópolis, Monterlândia e Nova Floresta, além de outros povoados bem menores como: Cantão, Santa Maria, Batuleba, José Bueno, Rio Vermelho, Córrego Rico, Arapongas, Harmonia, Mata Preta, Santa Rosa e Jaime Pedrosa. Conta com uma população de 15.342 habitantes, sendo 12.185 residindo na zona urbana e 3.157 na zona rural, tendo uma densidade demográfica de 9,6 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2017).

**Figura 1** – Mapa do município de Araputanga



**Fonte:** Mapa elaborado por Jonathan Caldas a partir de dados fornecidos pela SEPLAN – MT 2017.

Em relação aos aspectos físicos, o município de Araputanga pertence à bacia do Prata e possui uma formação geológica de “Complexos Metamórficos Arqueanos e/ou Pré-cambriano, indiferenciado Complexo Brasil” (FERREIRA, 1997, p. 269). Seu relevo é formado pelo “Planalto Dissecado do Parecis e Depressão do Paraguai, que se apresenta pouco dissecada, com pequeno caimento topográfico de Norte para o Sul” (FERREIRA, 1997, p. 269). Segundo o mesmo autor,

existem em Araputanga os biomas do Cerrado e da Floresta Amazônica, com uma altitude média de 200 metros.

O município de Araputanga, desde a chegada dos primeiros fundadores até o presente momento, passou por muitas mudanças socioespaciais com reflexos na política, economia, população e transformações em sua paisagem natural. Essas alterações muitas vezes passam despercebidas, mas se buscarmos na memória, poderemos perceber que mesmo sendo um município economicamente pouco desenvolvido – sua economia é baseada na pecuária leiteira e de corte, apresentando a 59ª posição, entre os 141 municípios de Mato Grosso, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2017) –, é possível identificar um processo evolutivo, ocorrido mesmo antes da emancipação.

Assim, analisando os relatos e entrevistas dos moradores mais antigos e também daqueles que vivenciaram a colonização e a emancipação do município, é possível observar as transformações temporo-espaciais ocorridas em Araputanga.

Todos os entrevistados, ao relembrares o período da sua chegada no povoado, mostraram alegria e sentimento de saudade daquela época, apesar das dificuldades relatadas. As interferências humanas na natureza foram gritantes. A natureza forneceu alimentos e condições físicas de cultivo e criação de animais e o inevitável aconteceu: destruição da cobertura vegetal, provocando alterações no meio ambiente.

Foi com esse intuito que, em 1962, Shiguemitsu Sato<sup>1</sup> chegou ao Povoado que contava, naquele ano, com 68 pessoas, totalizando umas 10 famílias. O número reduzido da população e a prática do capitalismo “não selvagem” contribuíam para uma convivência mais harmoniosa, todos se conheciam, não existia roubo e a quantidade de alimentos produzidos no lugar era suficiente para atender as demandas nesse período:

A vivência era harmoniosa, porque a terra era boa e tinha fartura. Criavam galinha e porco e já produziam o café e o milho. Tinham vontade de construir a cidade e trabalhavam juntos. E era um lugar saudável. A vida era um pouco difícil, tinha pouco recursos para as pessoas (SHIGUEMITU SATO (informação verbal)).

O solo era adequado para a produção de subsistência do povoado e muitos já tinham animais domesticados para contribuir na fonte alimentar. Alvinho Alves de Moraes<sup>2</sup> relata que sente muita saudade da época que chegou no município de Araputanga, no ano de 1962.

As coisas eram difíceis, mas o povo era solidário uns com os outros. Existia um companheirismo entre os moradores, porém em certos momentos existiam algumas intrigas, principalmente em reuniões para o melhoramento da própria comunidade. Mas comparado com a violência que existe em Araputanga na atualidade é algo quase insignificante (ALVINO ALVES DE MORAIS (informação verbal)).

José Dias da Silva<sup>3</sup> descreve o mesmo sentimento de amizade entre os moradores. Sua chegada ao Povoado foi no ano de 1964. Segundo ele, o Vilarejo já contava com uma população superior a 100 habitantes, mesmo assim todos se conheciam. O pequeno número populacional e a profissão de “lavrador” acabavam aproximando os moradores. Em certos desmatamentos era preciso se unir por causa da espessura das árvores (Figura 2). “Todo mundo era amigo, faziam até mutirões para ajudar na roça do outro. Um final de semana ia todo mundo ajudar na colheita de um e, no outro, na roça de outro” (JOSÉ DIAS DA SILVA (informação verbal)).

Segundo Shiguemitsu Sato a saúde era algo bem preocupante. No início da década de 1960, não existia hospital e nem médicos, a cidade mais próxima com esse recurso era Cáceres, localizada a 121 km de distância, mas as estradas não facilitavam o trajeto. Mediante a essa dificuldade era necessário que os primeiros habitantes tivessem medicamentos básicos em suas residências.

As pessoas tinham boa saúde, mas os moradores já estavam preparados para uma futura doença. Todos eles tinham penicilina, iodo e seringa para uma eventual doença. Se não melhorassem tinham que ir até Tabuleta [distrito de Porto Esperidião], Porto Esperidião ou Cáceres (SHIGUEMITU SATO (informação verbal)).

Porém, os cuidados não impediam totalmente as pessoas do povoado de ficarem isentas das enfermidades. Quando essas aconteciam, Alvinho Alves de Moraes admite que todos do vilarejo recorriam à farmácia da dona Maria Mamedes. Ela era responsável pelos primeiros socorros. Se o problema de saúde não fosse resolvido tinha que ir à Cáceres, onde os médicos se concentravam. A dificuldade de deslocamento era muito grande, não existiam rodovias e muito menos um meio de transporte rápido.

**Figura 2** – Desmatamento em Araputanga na década de 1970



Fonte: CHEC (2016).

O processo de emancipação do município de Araputanga foi percorrido a passos lentos, os motivos eram inúmeros, entre os quais a dificuldade dos meios de comunicação, a falta de esclarecimentos por parte da população e a localidade era pouco povoada. Shiguemitu Sato narra que em novembro de 1979 aconteceu um plebiscito em Araputanga, onde a população optava se queria seu desmembramento de Mirassol D'Oeste. O “Sim” prevaleceu e, no dia 14 de dezembro de 1979, através da Lei nº 4.153, foi criado o município de Araputanga. Porém, se comemora sua emancipação política a partir da posse do primeiro prefeito eleito, Delci Garcia dos Santos, no dia dois de fevereiro de 1983.

Shiguemitu Sato ainda relata que após a criação do município de Araputanga, em 1979, houve um intervalo de mais de um ano para que o primeiro prefeito assumisse. Romeu Furlan foi nomeado pelo governador do Estado do Mato Grosso, Frederico Carlos Soares Campos. Vale ressaltar que nesse intervalo o município manteve ligações políticas e econômicas com Mirassol D'Oeste. “Os vereadores Aristides da Silva e Dirceu Ribeiro, representantes de Araputanga junto à Câmara de Mirassol D'Oeste, auxiliavam a população, já que éramos município, mas não tínhamos prefeito” (SHIGUEMITU SATO).

Quanto à miscigenação no município de Araputanga, tal processo foi bem significativo. “No comecinho de tudo tinham os coreanos, que pretendiam formar uma colônia só de coreanos. Não deu certo, porque não se adaptaram às dificuldades do lugar” (SHIGUEMITU SATO). Conforme o mesmo entrevistado, o município recebeu muitos migrantes goianos, mineiros, cearenses, capixabas e japoneses e isso reflete uma diversidade na paisagem cultural da cidade, prevalecendo a cultura goiana devido o maior número de migrantes, fato que explica os pratos típicos na comunidade a exemplo do pequi, guariroba, galinhada, pamonha, canjica, etc.

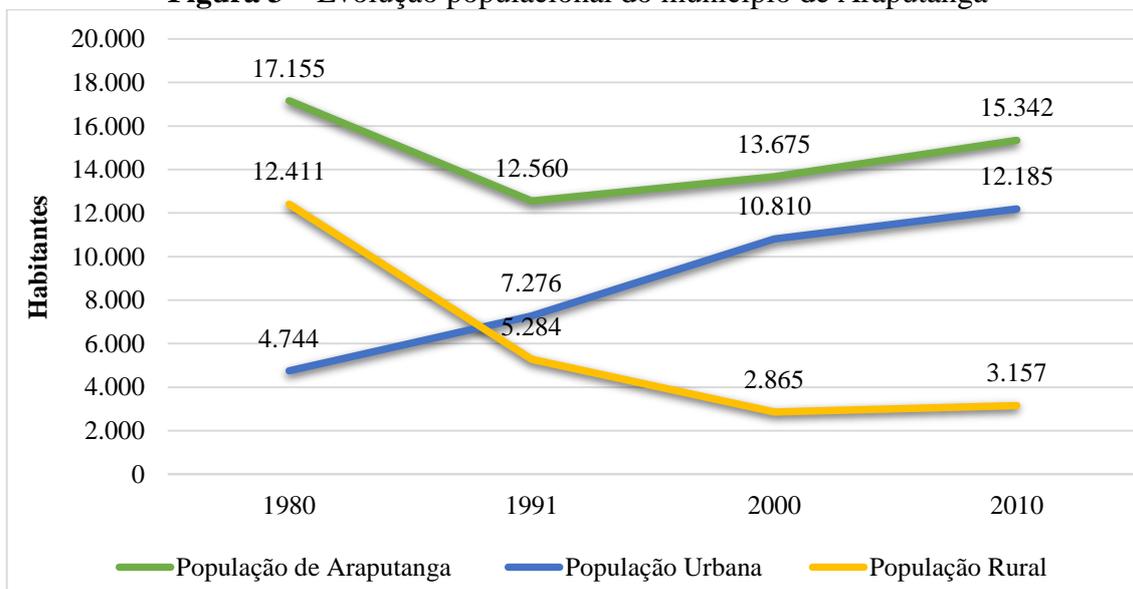
Existia no povoado muitas casas de madeira, sendo decorrente da mata densa e diversificada. A madeira, conforme Shiguemitsu Sato, foi um comércio rentável ao município e os moradores aproveitavam para construir suas casas e os fazendeiros para comercializá-las. Não existiam casas de alvenaria, devido às dificuldades em transportar os materiais para sua construção. “As residências eram construídas de abobráo (ou Mulungu, cujo nome científico é *Erythrina verna* Vell (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015), planta fitoterápica e homeopática, de madeira branca e que já fora muito utilizada na construção), parede do bambu, telha de tabuinha, mamica de porca, tudo muito pequeno” (SHIGUEMITU SATO).

José Dias da Silva relata que as casas de madeira predominaram por muito tempo, fazendo parte da cultura desse povoado. “Casas de abobráo, coberta por tabuinhas de 22 cm da madeira”. Conquanto, Alvinho Alves de Moraes explana que as moradias eram bem precária e por ser de madeira mantinha as temperaturas ambiente dentro das residências mais amenas. As pessoas chegavam sem casas para morar, desciam do caminhão e faziam o barraco beira chão para residir com a família:

As casas eram barracos beira chão, onde faziam os barracos com palhas em cima e pedaços de pau enfiados no chão. Casas de tabuinha. Com o passar do tempo, todo mundo passou a construir casas de abobráo, cobertas de abobráo e mamica (ALVINO ALVES DE MORAIS (informação verbal)).

A contagem populacional desse município pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) teve início em 1980, depois da emancipação em 1979, conforme se apresenta na figura 3. Percebe-se que a população absoluta de Araputanga em 1980 é superior à do ano de 2010. Naquela época Indiavaí era distrito de Araputanga e também existia um grande número de sitiantes que posteriormente venderam suas terras e se deslocaram principalmente para o recém-criado estado de Rondônia.

**Figura 3** – Evolução populacional do município de Araputanga



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2016).

Acrescenta-se que o valor das terras em Araputanga era superior ao de Rondônia, sendo algo bem atrativo para os sitiantes que vendiam poucos alqueires e compravam o dobro de terras naquele Estado. A redução do número populacional é decorrente também da emancipação do município de Indiavaí, em 1986, por meio da Lei Estadual nº 4.998, sendo o território desmembrado do município de Araputanga (FERREIRA, 1997).

A população rural do município de Araputanga, no ano de 1980, era de 12.411 habitantes, em contrapartida a população urbana não passava de 4.744 habitantes (IBGE, 2017). Para Carlos Peres Gonçalves<sup>4</sup>, morador desse município desde 1982, os valores das terras naquela década eram mais acessíveis que na atualidade. “Naquele período existia uma boa convivência entre as famílias, a cidade já era emancipada, tendo como primeiro prefeito Romeu Furlan, em que o mesmo não foi eleito e sim nomeado pelo Estado” (CARLOS PERES GONÇALVES (informação verbal)).

Carlos Peres Gonçalves menciona que no início da década de 1980 a paisagem era bem diferente do que na atualidade, não existia uma economia predominante, existia um pouco de agricultura (arroz e feijão), pecuária bovina (leiteira e de corte) e, por não existir frigoríficos na cidade, os animais eram levados para o abate em Cuiabá, a maior parte do leite era entregue na Cooperativa de Araputanga. Segundo o entrevistado, a população não tinha muitas opções de emprego, o campo não ofertava tanta mão de obra e na cidade existiam poucos comércios, sendo que a indústria da Cooperativa Agropecuária do Oeste-MT Ltda, contava com poucos empregados. “Fica até difícil dizer, porque tinha um pouquinho de cada, tinha gente na agricultura, pecuária bovina, na retirada das últimas madeiras e no comércio da cidade” (CARLOS PERES GONÇALVES (informação verbal)).

O entrevistado declara ainda que na primeira eleição para prefeito o município contou com cinco candidatos. Por ser a primeira eleição nessa cidade, este pleito foi bem disputado, os concorrentes almejavam a Prefeitura e, conseqüentemente, o “status” de ser o primeiro prefeito eleito nesse município. Segundo ele, naquele período o candidato podia usar de certos recursos como forma de chamar atenção dos eleitores como carros de som, foguetes, uso de camisetas do candidato, os comícios eram bem participativos, shows com cantores populares, ou seja, envolvia a população eleitoral. “Naquele tempo a população participava mais da política que na atualidade, porque o povo viveu muitos anos na ditadura e estava a todo vapor” (CARLOS PERES GONÇALVES (informação verbal)). O candidato Delci Garcia dos Santos acabou ganhando as eleições. Apesar de ser paulista, Carlos Peres Gonçalves diz que na década de 1980 predominavam os goianos e mineiros. A população era alegre e muito festiva.

Outro detalhe que chamou a atenção do entrevistado foram as residências daquele período, porque nunca tinha visto tantas casas de madeiras. Algo mais instigante foi sua percepção em torno da cidade: “Existia muita mata”.

Durante uma década muitas mudanças socioespaciais aconteceram no município de Araputanga e o entrevistado Elinaldo Silva Soares<sup>5</sup> relata o motivo de sua vinda para Araputanga na década de 1990: “Eu vim para trabalhar, montar um comércio” (informação verbal).

Para o entrevistado, tanto a saúde quanto a educação eram destaques naquele período. “A saúde era excelente, era referência do Estado e tinha uma educação privada muito boa e a educação pública contava com escolas estaduais e municipais de boa qualidade, com vários projetos envolvendo a comunidade” (ELINALDO SILVA SOARES (informação verbal)). O entrevistado relata ainda que nesse período predominava os descendentes de goianos e existiam muitas festas: “As festas eram feitas pela Igreja Católica, conhecida como festa da Padroeira. Tinha um bom carnaval com vários blocos, festa do peão, além das festas em família” (ELINALDO SILVA SOARES (informação verbal)).

A década de 1990 foi muito propulsora ao município de Araputanga, houve muitas melhorias nos setores da educação, infraestrutura, saúde e moradia, modificando a paisagem desse lugar. Ao adentrar na década de 2000 os investimentos continuaram atraindo novos moradores e Maria do

Carmo Furlani Mendonça Zuntini<sup>6</sup> relata que a cidade, no ano de 2000, era bem hospitaleira, comparando com a atualidade:

Cheguei durante a administração do prefeito Português [Ailton José Rondina]. As pessoas eram mais amigas, não tinha esse negócio de levar outras pessoas no Fórum. Viviam em harmonia, diferentes de hoje. Tinha uma festa na praça, compareciam pessoas de todas as classes sociais, era muito divertido. Muito diferente de hoje, onde o individualismo prevalece, talvez seja com medo da violência. A população oscilava em torno de 14 mil habitantes (MARIA DO CARMO FURLANI MENDONÇA ZUNTINI (informação verbal)).

Em entrevista, Maria do Carmo Furlani Mendonça Zuntini assegura que no início da década de 2000, a violência era bem menor do que na atualidade e a população era mais harmoniosa. “Acredito que o medo da violência distancia as pessoas e reduz a caridade”. Porém a mesma certifica que no início da década de 2000 o município contava com uma saúde e uma educação bem melhores que atualmente. A mesma entrevistada descreve que a população dos descendentes de goianos é superior as demais no município. As festividades eram bem apreciadas pela maioria da população, existindo carnaval de rua, festa da Padroeira da cidade (Nossa Senhora de Fátima), bailes nos clubes e festa do peão.

Quanto ao estilo das moradias nesse município, Maria do Carmo Furlani Mendonça Zuntini não percebeu diferenças do local de origem, as casas eram quase todas de alvenaria sem muita diversidade na arquitetura.

Araputanga entra na década de 2010 com uma queda em seu desenvolvimento econômico e social e Rubens Vitor da Silva<sup>7</sup> relata, em entrevista, sua chegada em janeiro de 2016: “Eu vim de Cuiabá transferido pela empresa onde trabalhava”. O mesmo afirma que a política do município estava muito confusa, porque o prefeito foi afastado por suspeitas de desvio de verbas e quem administrava era o vice. “Eu vejo que o povo está desaminado com a política e com seus gestores” (informação verbal).

Rubens Vitor da Silva reforça que a cidade quase não tem festa, exceto a festa da Padroeira de Araputanga, não teve Carnaval e nem Festa do Peão. “A diminuição na quantidade das festividades no município é consequência de má administração pública e a situação econômica vivenciada no País” (informação verbal).

O entrevistado ressalta ainda que a saúde da cidade não está em seus melhores momentos, falta medicamentos e médicos para atender a população de menor renda. Já a educação do município conta com escolas estaduais, municipais e privadas, tem a Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) e ônibus para transportar os alunos da zona rural. “Não posso falar da qualidade, porque não conheço, apenas ouço falar que antigamente era melhor”. Segundo Rubens Vitor da Silva a base econômica do município é a pecuária de corte e leiteira. As duas maiores indústrias da cidade (JBS S.A. e Cooperativa Agropecuária do Noroeste do Mato Grosso Ltda. (Coopnoroeste), fabricante dos produtos Lacobom) são conceituadas em todo o Estado e fora dele. O mesmo afirma que já consumia produtos das indústrias, mesmo sem morar na cidade.

Conhecer a formação do município de Araputanga é de grande importância para entender seu desenvolvimento econômico, social, cultural e religioso. Através do convívio entre fundadores e não fundadores tem-se uma cidade que carrega traços dessa interação construída no decorrer de cinco décadas, onde as mudanças socioespaciais e ambientais se tornam bastante perceptíveis, revelando o que o olhar não percebe no convívio do dia a dia.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na identificação das principais mudanças socioespaciais no município de Araputanga, enfatizando a visão dos fundadores e não fundadores, percebeu-se que o povoamento no município

de Araputanga iniciou-se em um período em que o Brasil passava por mudanças fortes na política, deixando de ser um País “Democrático” para vivenciar a Ditadura Civil Militar. No meio dessa transição surgiu a promessa de uma “Reforma Agrária” ao povo brasileiro. Paralelamente aumentava o sonho de muitos brasileiros em adquirir um pedaço de terra no País, porém com uma distribuição muito desigual.

Os fundadores mantiveram um entendimento de que Araputanga, no decorrer de cinco décadas, evoluiu no chamado “progresso”, guardando na memória uma lembrança viva e saudável do início do povoamento. Os não fundadores, porém, não vivenciaram o período considerado de dificuldades, tanto financeira quanto de estrutura, possibilitando uma compreensão diferenciada quanto às mudanças socioespaciais.

Por insuficiência de documentos escritos sobre a formação territorial do município de Araputanga buscou-se fontes orais registradas na memória dos fundadores e não fundadores, mesmo tendo o conhecimento que muitos questionam sua veracidade. A pesquisa foi realizada com pessoas relevantes na comunidade desde a fundação do Povoado até o ano de 2016, explorando seus conhecimentos sobre as transformações socioespaciais ocorridas no município de Araputanga. É importante ressaltar que a história oral é considerada por alguns historiadores como metodologia de pesquisa que constrói fontes orais, que são à base do estudo da história contemporânea.

A transcrição das entrevistas foi realizada cuidadosamente para que essas não exaltassem os fundadores e não fundadores protagonistas dessa pesquisa, havendo muitos outros importantes relatos não apresentados no presente artigo.

Através desta pesquisa, o município de Araputanga passa a ter outros documentos escritos com novos olhares sobre o seu processo de povoamento, possibilitando um entendimento sobre, as transformações socioespaciais ocorridas nesse lugar desde a fixação dos primeiros moradores, dando abertura para outros sujeitos anônimos narrarem e divulgarem novas pesquisas e materiais escritos para o estudo da história contemporânea do município.

As mudanças socioespaciais não cessam por aqui e a população araputanguense continuará tendo novos personagens, porque o sistema leva a essas transformações.

## NOTAS

<sup>1</sup> Shiguemitsu Sato - entrevista realizada em julho de 2016.

<sup>2</sup> Alvino Alves de Moraes - entrevista realizada em agosto de 2016.

<sup>3</sup> José Dias da Silva - entrevista realizada em agosto de 2016.

<sup>4</sup> Carlos Peres Gonçalves - entrevista realizada em agosto de 2016.

<sup>5</sup> Elinaldo Silva Soares - entrevista realizada em julho de 2016.

<sup>6</sup> Maria do Carmo Furlani Mendonça Zuntini - entrevista realizada em agosto de 2016.

<sup>7</sup> Rubens Vitor da Silva - entrevista realizada em agosto de 2016.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. D. X. **História e Memória de Araputanga (1955-1980)**. Araputanga: Gráfica Oscar, 1997.

ALVES, J. D. X.; SOUSA, I. S. **Período de colonização de Araputanga**. Entrevistas transcritas no Centro Histórico de Educação e Cultura de Araputanga. Araputanga: CHEC, junho/dezembro, 2008.

BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 22, p. 65 - 72, 2007. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp22/Artigo\\_Rhalf.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp22/Artigo_Rhalf.pdf). Acesso em: 12 ago. 2016.

CARLOS, A. F. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador, sociedade autoritária. São Paulo: Abramo, 2001.

COSTA, F. R. da; ROCHA, M. M. Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. **Revista. GEOMAE**, Campo Mourão, PR. v. 1, n. 2, p. 25 – 56, 2.º Sem. 2010.

FERREIRA, E. **Cáceres**: capital regional no contexto de Mato Grosso. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências - Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.

FERREIRA, J. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado e Cultura, 1997.

HEINST, A. de C. **Mato Grosso**: entre relatos de memória sobre ocupação recente e a instituição da memória vencedora. Cuiabá: UFMT, 2003. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia03/texto03.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2016.

HISSA, C. E. V.; GORGOSINHO, R. R. Recortes de lugar. **Geografias**: Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia IGC-UFMG, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 7-21, jan. - jun. 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - Sidra - 2017**. Disponível em: <http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=202&z=t&o=1&i=P>. Acesso em: 05 jun. 2017.

KESSEL, Z. **A construção da memória nas escolas**: um estudo sobre as relações entre memória, história e informação na contemporaneidade. São Paulo: Edusp, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et. al.]. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LENHARO, A. **Sacralização da Política**. 2. ed. São Paulo: Papius, 1986.

LISBOA, S. S. A importância dos conceitos da Geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. Universidade Federal de Viçosa – Viçosa, MG. **Revista Ponto de Vista**, v. 4, 2007. Disponível em: <http://www.coluni.ufv.br/revista/docs/volume04/importanciaConceitosGeografia.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2016.

MAIA, A. C.; ALVES, F. D. **Categorias e epistemologia: reflexões metodológicas na ciência geográfica.** In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA “AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS”, 5, nov. 2009, Santa Maria. **Anais [...]** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2009. [20] p. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12708899/categorias-e-epistemologia-reflexoes-teorico-metodologicas-ufsm>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Monografia da espécie Erythrina Mulungu (Mulungu).** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/11/Monografia-Erythrina.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

MIRANDA, L.; AMORIM, L. **Mato Grosso: atlas geográfico.** Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

MIRASSOL D'OESTE. **História do município.** 2014. Disponível em: [www.mirassoldoeste.mt.gov.br/Historia-do-Municipio/](http://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/Historia-do-Municipio/). Acesso em: 2 jan. 2017.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social: Estudos Históricos.** Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROCHA, S. A. **Geografia Humanística: História, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo.** *RA'E GA*, Curitiba, n. 13, p. 19-27, 2007.

SILVA, J. de M. **Genealogia dos municípios de Mato Grosso.** Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Administração, Arquivo Público de Mato Grosso, 1992.

SILVA, P. P. C. **Breve história dos municípios de Mato Grosso.** Cuiabá, 1994.

SILVA, R. K. **A evolução do conhecimento de espaço geográfico.** Santa Maria, 2012. Disponível em: <http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/5199.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

SOARES, J. C. de O. **Pequenas cidades da região de Cáceres MT: papéis e significados na dinâmica socioeconômica regional.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências - Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia. Niterói, 2014.

TUAN, Y-F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.

**Data de submissão:** 14.09.2017

**Data de aceite:** 29.04.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.